

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.681 - MT (2019/0305445-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE** : **HELIAS BATISTA RAMOS**  
**ADVOGADO** : **ONORIO GONÇALVES DA SILVA JUNIOR - MT012992**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial, com fulcro no art. 105, III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Consta dos autos que o agravante foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, II, do Estatuto Repressivo (homicídio tentado qualificado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima), a fim de ser submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri (fls. 208/214).

Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, que foi desprovido, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 258/259):

*RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO PRONÚNCIA - QUALIFICADORA DO EMPREGO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DO OFENDIDO NÃO CARACTERIZADA, MOTIVO FÚTIL NÃO DESCRITO NA DENÚNCIA - PEDIDO DE AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS - VÍTIMA ATINGIDA POR GOLPES DE FACA ENQUANTO JOGAVA BARALHO COM O RECORRENTE - AUSÊNCIA DE DESENTENDIMENTO ANTERIOR - RELATOS DE QUE A VÍTIMA E O RECORRENTE "ERAM AMIGOS" - VÍTIMA QUE PODE TER SIDO SURPREENDIDA - QUALIFICADORA DO RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO NÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE - ENUNCIADO CRIMINAL 2 DO TJMT E DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TJMT - PACIENTE PRONUNCIADO NOS EXATOS TERMOS DA DENÚNCIA - "MOTIVO FÚTIL" MENCIONADO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA - MERO ERRO MATERIAL IRRELEVANTE - POSIÇÃO DO STJ IMPERTINÊNCIA DA CORREÇÃO - RECURSO DESPROVIDO.*

*Sc a dinâmica da tentativa de homicídio, somada à ausência de desentendimento anterior entre ofensor e ofendido, induz que a vítima pode ter sido surpreendida por ação delitiva não previsível, a qualificadora do recurso que dificultou a defesa do ofendido não se*

*mostra manifestamente improcedente para ser suprimida da análise do Conselho de Sentença (TJMT, Enunciado Criminal 2).*

*A correção de erro material é conveniente apenas se for relevante para a decisão (STJ, EDcl no HC 53.351/RJ; HC 25812/RS). Se o equívoco do Juízo singular não resultou qualquer prejuízo à compreensão da decisão de pronúncia, mostra-se impertinente a correção do erro material.*

Em sede de recurso especial, a defesa alega violação ao art. 413, *caput* e § 1º, do CPP e divergência jurisprudencial, sustentando que a qualificadora do emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima não encontra amparo nas provas dos autos, não restando fundamentada na decisão de pronúncia.

Pugna pelo provimento do apelo nobre para excluir a qualificadora constante no inciso IV do § 2º do art. 121, do CP, da pronúncia (fls. 273/279).

Contrarrazões apresentadas às fls. 283/291.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista a incidência do enunciado n. 284 da Súmula/STJ, por deficiência na fundamentação recursal, impossibilitando a exata compreensão da controvérsia (fls. 292/294).

Em agravo em recurso especial, a defesa refuta o fundamento da decisão agravada (fls. 296/299).

Contraminuta às fls. 303/307.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 320/322).

É o relatório.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal de origem, soberano na análise de fatos e provas, assim se pronunciou quanto à manutenção da qualificadora de emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima na decisão de pronúncia (fls. 261/262):

*A materialidade delitiva esta consubstanciada no Laudo de Lesão Corporal n 0604.A.09 (ID 8434561) e Mapa Topográfico para Localização de Lesões (ID 8434561), os quais não sofreram qualquer*

*impugnação.*

*Na fase policial, colheram-se os depoimentos de Heldo Rodrigues Cardoso e Aguimar Antônio da Silva (testemunhas - ID's 8434536 e 8434542), Jackeline Divina da Silva, Elisvânia Conceição da Silva Tavares e Raymundo Manuel Macedo de Vasconcellos (agentes prisionais - ID's 8434540 e 8434575), Fernando França (vítima - ID 8434543). O recorrente foi identificado indiretamente (ID 8434597).*

*Em Juízo, foram ouvidas Jackeline Divina da Silva e Elisvânia Conceição da Silva Tavares (agentes prisionais - ID 8434690) e Fernando França (vítima - ID 8434690). O recorrente HELIAS BATISTA RAMOS permaneceu em silêncio (recorrente - ID 8434690).*

*Extraí-se do conjunto probatório que:*

*- a vítima Fernando França e o recorrente cumpriam pena em regime semiaberto na Penitenciária Major Eldo de Sá ["Mata Grande"], no Município de Rondonópolis, compartilhavam o mesmo alojamento e "tinham bom relacionamento". No dia 31.1.2009, o recorrente e a vítima estavam jogando baralho com outros reeducandos da unidade prisional quando, de repente, HELIAS BATISTA RAMOS [recorrente] teria ido em direção à vítima e desferido dois golpes de faca, os quais atingiram a " região epigástrica e o flanco esquerdo". Na sequência, a vítima conseguiu correr para o local em que as agentes prisionais se encontravam e foi encaminhado à unidade hospitalar (IDs 8434543 e 8434690);*

*- as agentes prisionais Jackeline Divina da Silva e Elisvânia Conceição da Silva Tavares, tanto na Delegacia como em Juízo, relataram não terem conhecimento de desentendimento anterior entre ofensor e ofendido, os quais "inclusive eram amigos" (IDs 8434540 e 8434690).*

*Dito isso, vejamos.*

*A vítima foi atingida por 2 (dois) golpes de faca no abdômen, sendo um na região epigástrica e outro no flanco esquerdo, enquanto jogava baralho com o recorrente e outros detentos da unidade prisional.*

*O crime não teria sido precedido de qualquer discussão entre ofensor e ofendido. Ao contrário, há relatos de que ambos "eram amigos".*

*Essa dinâmica, somada à ausência de desentendimento anterior, induz que a vítima pode ter sido surpreendida por ação delitiva não previsível, de modo que a qualificadora do recurso que dificultou a defesa do ofendido não se afigura manifestamente improcedente para ser suprimida da análise do Conselho de Sentença.*

*Aplicável o Enunciado Criminal 2 deste e. TJMT.*

*Em caso semelhante, esta e. Câmara assim decidiu: "se a vítima pode ter sido surpreendida pela ação delitosa do recorrente, convém submeter a análise de pertinência dessa qualificadora ao*

*Tribunal do Júri." (TJMT, Ap 0014713-90.2008.8.11.0042 - 24.11.2017)*

*Por sua vez, verifica-se que o recorrente foi pronunciado por tentativa de homicídio qualificado pelo emprego de recurso que dificultou a defesa do ofendido (CP, art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, II), nos exatos termos da inicial acusatória, conforme se observa da parte dispositiva [ " Pronuncio Helias Batista Ramos para que seja julgado perante o Tribunal do Júri desta Comarca pela prática do delito descrito no art. 121, §2º, IV, c/c 14, II, ambos do CP" ], embora o juiz da causa tenha mencionado "motivo fútil", ao invés de "emprego de recurso que dificultou a defesa do ofendido", no corpo da sentença, ao fundamentar a qualificadora escrita no art. 121, § 2º, IV, do CP, esta indicação o fez corretamente.*

Com efeito esta Corte Superior possui pacífico entendimento de que somente se admite "a excepcional exclusão das qualificadoras na fase de pronúncia, desde que manifestamente improcedentes, sob pena de violação à competência do Tribunal do Júri" (AgRg no REsp 1687971, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 14/12/2018), não sendo o caso dos autos. No mesmo sentido:

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL. DECOTE DA QUALIFICADORA. PROVAS INDICIÁRIAS. PRONÚNCIA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. Em processo por crime doloso contra a vida, caso existam incertezas a respeito da incidência de qualificadoras, não é facultado ao juízo singular dirimi-las, visto que a competência para tanto é do juiz natural da causa, valer dizer, o Tribunal do Júri.*

*2. Somente é cabível a exclusão das qualificadoras, na sentença de pronúncia, quando manifestamente improcedentes, uma vez que cabe ao Tribunal do Júri, diante dos fatos narrados na denúncia e colhidos durante a instrução probatória, a emissão de juízo de valor acerca da conduta praticada pelo réu.*

*3. A existência de discussão anterior ao cometimento do delito, entre vítima e acusado, por si só, não é suficiente para, de imediato, retirar da competência do Conselho de Sentença, juiz natural da causa, a decisão acerca do conhecimento do motivo fútil ao caso concreto.*

*4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 470.902/AL, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 11/03/2016)*

Ademais, a exclusão de qualificadoras demanda incursão fático-probatória dos autos, inviável nesta instância recursal, por óbice do enunciado n. 7 da Súmula/STJ. Cito os seguintes julgados:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FURTO QUALIFICADO. DESOBEDIÊNCIA. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE AUTORIA E DE MATERIALIDADE. ABSOLVIÇÃO. PLEITO DE AFASTAMENTO DE QUALIFICADORAS. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DELINEADO NOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*I - [...]*

*II - A análise da pretensão recursal no sentido de que se deve reconhecer a atipicidade da conduta, ou a exclusão da qualificadora do perigo comum demandaria, como ressaltado no decisum objurgado, o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.*

*Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1055005, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 28/02/2018).*

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL HOMICÍDIO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO. AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. O acolhimento das teses recursais, no sentido de absolver sumariamente, bem como de se afastar as qualificadoras do motivo torpe, do emprego de meio que resultou em perigo comum e do recurso que dificultou a defesa da vítima, implicaria o necessário reexame do contexto fático probatório, o que não se admite na via do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.*

*2. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1190598, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 15/05/2018).*

E por fim, em relação à alegada divergência jurisprudencial, esta Corte Superior possui firme entendimento "no sentido de que a análise da alegada divergência

*jurisprudencial resta prejudicada quando a suposta dissonância aborda a mesma tese que amparou o recurso pela alínea "a" do permissivo constitucional, e cujo julgamento esbarrou no óbice do enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.*" (AgRg nos EDcl no AREsp 830189, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 29/05/2017). A propósito:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO ESPECIAL PELO RELATOR. POSSIBILIDADE. AUTORIZAÇÃO REGIMENTAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O art. 34, XVIII, do Regimento Interno deste Tribunal Superior confere ao relator do recurso a possibilidade de "negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível, improcedente, contrário a súmula do Tribunal, ou quando for evidente a incompetência deste", situação que ocorre nos autos. 2. Rever a conclusão consignada pelas instâncias ordinárias, pela existência de elementos concretos e coesos a ensejar a condenação do agravante pelo crime de atentado violento ao pudor demandaria imprescindível revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 07 do STJ. 3. Não é possível constatar o dissídio jurisprudencial no recurso especial interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional quando a comprovação da divergência requer consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, por força da Súmula n. 7 desta Corte. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 719.379/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 07/12/2015)*

Diante do exposto, conheço do agravo em recurso especial e, com fundamento na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator